

Instrução francesa nas escolas militares na década de 20

Antes da chegada da Missão Militar Francesa (MMF), o ensino militar no Brasil é voltado para as ciências humanas e teóricas; as disciplinas práticas acontecem sem a execução de manobras de quadros. Como afirma Mc Cann, trata-se de “um tipo de educação que produzia escritores, burocratas e políticos, mas não comandantes de campanha competentes”.¹

A formação militar é baseada na doutrina positivista de Augusto Comte (1798-1857). As escolas militares², a partir de 1850³, começam a sofrer forte influência positivista via ensino da matemática e da geometria analítica, devido à difusão do *Curso de filosofia positiva*, segunda fase dos escritos de Comte. Os mestres repassam aos alunos a idéia tecnicista de progresso científico, e a escola, que deveria adestrar os alunos para o cumprimento das tarefas militares, se volta ao ensino da matemática. Conforme explica Torres:

Alguns professores de matemática travaram conhecimento com Augusto Comte, que entrou para a história do Brasil por intermédio do I volume do Cours de Philosophie Positive, onde desenvolve teorias matemáticas.⁴

A matemática é ministrada sob orientação positivista e, dessa maneira, se dissemina entre os oficiais a teoria que preconiza *a ordem e o progresso*, baseada no desenvolvimento científico, na ética, na paz e no fim dos exércitos. A matemática, no contexto positivista, é a ciência fundamental para o conhecimento das outras ciências, pois, segundo Lins: “Quem não aprendeu a raciocinar em matemática, ressentir-se dessa falha, a vida toda. Por isso,

¹ MC CANN, Frank. **Soldados da pátria**: história do Exército Brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.41.

² Benjamim Constant e o Marechal Roberto Trompowsky foram expoentes da difusão positivista na escola Militar; mas, além deles, havia também: Pereira de Sá, Augusto Dias Carneiro, Almeida Fagundes, Lauro Sodré, Gabriel de Moraes Rego, Antônio José Osório, Manuel Almeida Cavalcanti, Saturnino Nicolau Cardoso, entre outros.

³ De acordo com a monografia de Sebastião Peçanha, intitulada **O positivismo**: reflexos para o exército, ensinamentos históricos, Benjamin Constant, um dos maiores expoentes do positivismo no meio militar tomou conhecimento da doutrina de Comte em meados de 1857.

⁴ TORRES, João Camilo de Oliveira. **O positivismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1957. p. 210.

Augusto Comte restabeleceu-lhe o antigo nome de Lógica, no lugar de matemática, que significa apenas ciência”.⁵ Benjamin Constant, professor de matemática, por intermédio de seus estudos sobre a disciplina, encontra em Comte a motivação para seguir com seus ensinamentos.

Na Escola Militar, a ciência matemática, ministrada sob orientação da *síntese subjetiva* de Comte, valoriza a geometria e o cálculo. Benjamin Constant, além de aplicar seus conhecimentos de matemática sob influência positivista, também segue os postulados da religião positiva, freqüentando a igreja fundada no Rio de Janeiro, sob esta orientação. Como bem ressalta Peçanha, Constant é: “antes um professor, um engenheiro, um matemático, um pensador, que propriamente um militar”.⁶

A reforma operada por Constant no regulamento das escolas do Exército, em 12 de abril de 1890, não modifica a estrutura militar: permanece incentivando a cultura acadêmica, sem promover a profissionalização da força. Como elucida Peçanha: “Os oficiais recém saídos da escola de formação fogem da tropa. Esta, por sua vez, desaparelhada, não lhes oferece motivação”.⁷

O ministro da Guerra no governo de Rodrigues Alves, gen. Francisco de Paula Argolo, preocupado com a situação caótica do Exército, passa a denunciar a estrutura e a requerer novas reformas. Em 1898, é elaborado pelo Marechal João Tomaz de Cantuária um conjunto de mudanças, conhecido pelo nome de reforma Cantuária, que propõe maior aproveitamento técnico e diminui os ensinamentos teórico-filosóficos dos regulamentos em vigor. Essa reforma, como a de Constant, não afasta a doutrina positivista do seio militar, embora não tenha tido uma repercussão prática sobre a profissionalização da força. O Exército, desde a Proclamação da República, necessita de profundas e urgentes reformas.

A falta de preparo da força de terra pode ser comprovada, em vários momentos, tais como a Revolução Federalista de 1893-1895⁸, a Revolta da Armada de 1893-1894⁹, e

⁵ LINS, Ivan. **História do positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. p. 278.

⁶ id., ib., p. 16.

⁷ id., ib., p. 32.

⁸ Revolução de cunho ideológico, ocorrida no Rio Grande do Sul entre maragatos (Gaspar Silveira Martins) e Pica-Paus (Júlio Prates de Castilhos), que demonstrou superioridade armada contra o Exército Brasileiro. Para saber mais ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A revolução federalista**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

⁹ A Revolta da Armada foi feita por alguns elementos da marinha contra os maus tratos que sofriam na instituição. Para saber mais ler: CARONE, Edgar. **A República Velha**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

Canudos, de 1896-1897¹⁰. Logicamente, essa carência de profissionalização não se deve apenas ao pensamento positivista dos líderes militares no período, que os aproxima das ciências exatas e os afasta das ciências bélicas. A política governamental é igualmente responsável pelo descrédito e esquecimento das forças militares no país.

Os baixos soldos, a falta de escolas, a carência de instrutores competentes no preparo militar, a ausência de material bélico moderno em funcionamento e as péssimas condições de infra-estrutura são outros motivos para a decadência da estrutura militar nacional e internacional do Brasil. Esse contexto, a resolução da questão instrucional torna-se emergencial, pois a continuidade do ensino positivista, ao acarretar a ausência de espírito militar nas escolas e nos alunos lá adestrados, cria um círculo constante de despreparo para a vida militar. A esse respeito, afirma o chefe do Estado-Maior do Exército (EME), gen. Bento Ribeiro:

Não resta dúvida que aos atuais professores faltam, em geral, o espírito militar, o tirocínio prático, o conhecimento exato do mecanismo dos exércitos em seus menores detalhes. Há não só no professorado militar como nos que habitam no Estado Maior do Exército talentos brilhantes e inteligências esclarecidas e funda e elevada cultura científica (...).¹¹

A idéia do fim dos exércitos é desenvolvida por Comte em seu *Curso de filosofia positiva*, t. VI, final da segunda fase e início do apostolado. Os adeptos da doutrina acreditam que o governo deveria ser integrado por intelectuais capacitados que se perpetuariam no poder pela hereditariedade. Com a elite intelectual à frente dos negócios de estado e com o avanço e aprimoramento da sociedade industrial, o homem progrediria espiritualmente e consolidaria o mundo pacífico, sem guerras e sem a existência de soldados e instituições militares.

A difusão, entre os positivistas, de idéias contrárias ao Exército, chega ao extremo de se repudiarem os heróis de guerra e de se pregar o fim dos bustos, estátuas, monumentos e outras formas de manifestação que reconstruam os feitos militares do passado.

¹⁰ Canudos foi uma revolta de cunho sócio-religioso liderada por Antônio Conselheiro, durante o governo de Prudente de Moraes. Para ampliar conhecimentos, ver a obra: MELLO, Frederico Pernambucano de. **A guerra total de Canudos**. São Paulo: A girafa, 2007.

¹¹ RIBEIRO, Bento. Relatório de 1917. In: **Documentos Históricos do Estado Maior do Exército**. Brasília: EME, 1996. p. 69.

Entre os militares que lutam por uma intervenção reformista¹², como ocorre na Questão Militar, Benjamin Constant é um dos expoentes máximos. Aliás, é nesse período histórico que surge a concepção de *soldado-cidadão*, indivíduo que representa a ideologia intervencionista do militar na política. Na perspectiva do soldado-cidadão, é recomendável sua participação ativa no processo político, bem como sua intervenção na política com tendências renovadoras, como acontece com a proclamação da República.

O soldado-cidadão representa o civil de farda, que ascende socialmente pela interferência política. O positivismo aproxima tanto o militar do cidadão comum, que, nessa concepção filosófica, o soldado brasileiro passa a ser considerado o cidadão armado.

O Exército Brasileiro até 1920 é sustentado por esse embasamento doutrinário de inspiração positivista: o objetivo dos integrantes da Escola Militar é aprender os ensinamentos de Engenharia e Matemática, deixando de lado os conhecimentos referentes à representação e função de um militar. Os militares formam-se engenheiros na Escola Politécnica e têm direito de trabalhar no meio civil; são mais acadêmicos do que combatentes, pois, em seu corpo doutrinário está enraizado o cientificismo comtiano.

Dessa forma, o positivismo marca a história doutrinária do Exército Nacional desde o período imperial, passando pela proclamação da República, e a Primeira República, até a chegada da MMF, quando o ensino profissionalizante passa a ser ministrado nas academias, e o conceito de soldado-cidadão cede espaço ao conceito de soldado-profissional.

A concepção de soldado profissional opõe-se aos princípios constantes no conceito de soldado-cidadão, pois apregoa a não intervenção pública e, até mesmo, a não participação política. Com a chegada dos franceses às escolas de instrução do Exército, começa, então, a mudança no embasamento doutrinário dos militares. Os oficiais franceses vêem o Exército como *la grande muette*, ou seja, o grande mudo, que cuida e se interessa apenas pelos assuntos de interesse da força.

A Instrução francesa nas Escolas

Em 29 de janeiro de 1919, o decreto n. 13.451 reorganiza o ensino militar e estipula sua abrangência, prevendo os seguintes cursos: Curso de Armas (Infantaria, Cavalaria,

¹² Segundo Murilo de Carvalho, a intervenção reformista, do soldado-cidadão, era a forma dos militares participarem da política e adquirirem maior representação social. A proclamação da República foi um ato de intervenção reformista.

Artilharia, Engenharia); Curso de Aperfeiçoamento da Arma; cursos técnicos de Artilharia, Engenharia, Aviação; Estado-Maior, Revisão, Intendência, Veterinária, Administração e Aperfeiçoamento.

O Curso das Armas é destinado aos oficiais subalternos da tropa nas diversas armas; o curso de aperfeiçoamento é dirigido aos capitães e tenentes das armas, contando com instrutores franceses. Os cursos técnicos de Engenharia e Artilharia destinam-se aos segundos e primeiros tenentes, com vistas à sua habilitação para o exercício de funções técnicas.

A Escola de Estado-Maior (EEM) subordina-se diretamente ao chefe do EME; todos os seus antigos professores são dispensados e substituídos pelos franceses. O art.5, III, estipula:

Dez anos a data da presente lei, o certificado do curso de Estado Maior passa a ser requisito indispensável para a promoção ao posto de general de brigada. Para facilitar a execução dessa exigência, o governo permite a matrícula na escola de Estado Maior aos oficiais superiores que requerem nas condições regulamentares e somente dentro daquele prazo.¹³

O curso tem duração de três anos para capitães e tenentes e um ano para oficiais superiores; em princípio, esse curso para oficiais superiores só permaneceria até 1929. O Curso de Revisão também tem duração de um ano e se destina aos oficiais superiores, professores de matérias essencialmente militares da Escola Militar e, excepcionalmente, a alguns capitães com o curso de Estado Maior.¹⁴

A EEM é anterior à chegada dos franceses, mas, até então, funciona com muitas deficiências: o curso prático, por exemplo, quando realizado se resume a jogos de guerra e à prova oral de francês, inglês e alemão. Não obstante, se comparado o currículo aprovado por este decreto com o adotado em 1905, constata-se que não existem muitas diferenças na legislação. A principal mudança provocada pela MMF é a aplicação do ensino, o enfoque programático e o nível de exigência nas disciplinas e na execução da parte prática.

¹³ Bibliex. **História administrativa do Brasil**: organização e administração do Ministério do Exército. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994. p. 184.

¹⁴ Decreto n. 13.752, 10.09.1919. Brasília: Arquivo Biblioteca do Superior Tribunal Militar.

A ordem n. 452, de 20 de outubro de 1905, prevê que o curso tenha duração de três anos, com as seguintes matérias¹⁵: no primeiro ano, estatística, geografia militar, geografia física, tática, estudo de fortificações, armamento, legislação militar, trigonometria e higiene militar; no segundo ano, tática, estratégia, serviço de estado maior, organização dos exércitos sul-americanos, direito militar, direito internacional, economia política, geodésia, desenho e cartas geográficas; no terceiro ano, trabalhos práticos e provas finais. De acordo com Mattos:

Já havia um plano de estudos aceitável, mas faltava-lhe o essencial: professores competentes e autorizados para ensinar a arte de comando. Seus antigos professores, verdadeiros autodidatas, buscavam nos livros, com louvável empenho, o ensino que deviam transmitir aos alunos, mas falariam de operações a que na verdade nunca haviam assistido.¹⁶

O decreto n. 5.698, 2.10.1905, determina que a EEM deve dar instrução militar complementar para os oficiais que servirem no EME. Mas a instrução desenvolvida com base nesse decreto não é compatível com as necessidades do Exército. Como afirma Araújo Martins: “Houve uma mistura de ensino da escola de formação de oficiais, com ensino militar intermediário (que não existia, como a ESAO) e com ensino superior acadêmico, gerando um ensino técnico e teórico que não dava embasamento”.¹⁷

Entre as atividades teóricas da escola, está a aprendizagem de língua estrangeira que se faz necessária, devido a fato de os manuais adotados na escola serem cópias dos existentes na França e na Alemanha. Mesmo com a reforma realizada por Hermes da Fonseca, a situação não melhora. Em 1918, devido à Primeira Guerra Mundial, a EEM fica suspensa e só recomeça seus trabalhos em 1920, quando é re-inaugurada pela MMF.

Os resultados obtidos nas escolas em 1921 são sensivelmente melhores que os de 1920, pois os oficiais tornam-se mais confiantes e rendem mais; sem dúvida, os mais jovens são os melhores. Conforme Gamelin: “raros são os que aos cinquenta anos, são mais capazes”.¹⁸ Os ensinamentos táticos são repassados e pouco a pouco se difunde a unidade de doutrina, o que leva Gamelin a afirmar: “Os melhores elementos do corpo de oficiais

¹⁵ Ordem do Exército n. 452, 20.10.1905. Brasília: Arquivo Biblioteca do Superior Tribunal Militar.

¹⁶ MATTOS, Marechal João Baptista. Os ensinamentos franceses no Exército Brasileiro. **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, n. 56, p. 56, 1968.

¹⁷ MARTINS, Alcimar Marques de Araújo. **A influência da MMF na evolução do ensino na ECEME e seus reflexos nos dias atuais**. (monografia da ECEME). Rio de Janeiro: ECEME, 2003. p. 33.

brasileiro vão pouco a pouco passar pelas nossas escolas, e como eles se declaram unanimemente encantados do proveito que tiram, este ano ganharemos influência na nossa doutrina e no método”.¹⁹

No ano de 1921, o Curso de Revisão tem trinta e nove oficiais matriculados, dos quais doze são desligados a pedido, um desligado por falta de pontuação e vinte e seis concluem o curso. No Curso de Estado-Maior, são vinte e nove oficiais matriculados, dos quais um é desligado a pedido, doze concluem o curso e dezesseis continuam. Na Escola de Aperfeiçoamento, matriculam-se noventa e sete oficiais, entre eles, trinta e seis de infantaria, vinte e nove da cavalaria, vinte e oito da artilharia e sete da engenharia.²⁰

A instrução francesa nas escolas centra-se nos seguintes temas: curso de estratégia e história militar, tática, cavalaria, transmissões, higiene, geografia e tática naval, história militar do Brasil, caminhos de ferro, aeronáutica, armamentos, educação física, entre outros. São inauguradas, nesse ano, as Escolas da Intendência, de Veterinária e de Administração.

As manobras realmente sérias só começam a ser executadas após a chegada da missão, quando a realidade das instruções dos quadros é levada em consideração para, a partir daí, se chegar à prática das execuções. A MMF de Aviação percebe que a melhor tática de guerra para o Brasil são as manobras em retirada, em busca de proteção nas terras gaúchas. O Rio Grande do Sul tem sua geografia estudada com vistas à identificação das posições mais seguras para o recuo de tropa.

Após 1920, os exames de instrução passam a ser atos solenes. Conforme Carvalho, após um mês de encerramento da instrução: “formava-se, em cada companhia, esquadrão e bateria, a ‘Escola de Monitores’, sob a direção do oficial ou aspirante designado para a instrução de recrutas (...)”.²¹

Os oficiais são obrigados a conhecer os regulamentos e os códigos do Exército. O corpo de tropa tem suas atividades distribuídas em escolas. Segundo Carvalho: “cada oficial era obrigado a fazer, pelo menos, uma conferência ou apresentar uma memória

¹⁸ Relatório do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, dez. 1921. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

¹⁹ id., ib.

²⁰ Relatório de João Pandiá Calógeras, ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 1921. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, EME.

²¹ CARVALHO, gen. Estevão Leitão de. **Dever militar e política partidária**. São Paulo: Nacional, 1959. p. 61.

durante o ano”.²² Ao lado das escolas, são fundadas bibliotecas com temas afins. Nas escolas, também se dá ênfase ao preparo físico: os oficiais podem escolher entre praticar esgrima, natação, ginástica e jogos atléticos.

Há precariedade na instrução das escolas do Exército; não há nem mesmo bibliotecas sobre assuntos militares. Para melhorar esta situação, Gamelin deseja colocar os franceses como comandantes das escolas em que se desenvolvem as instruções, e não apenas os deixar como comandantes técnicos. Nesse sentido, assim se manifesta:

Um dos pontos mais importantes é que nós queremos nos elevar ao título de “comandante” das escolas confiadas à missão, para não mais fazer dos oficiais franceses que apenas “Diretores Técnicos”! Eu estou resoluto sobre este assunto, porque a palavra comandante figura no contrato, eu fiz antes de qualquer coisa remarcar que nenhuma modificação pode ser feita no contrato sem o consentimento do governo francês.²³

Os franceses querem que o ingresso na Escola Militar se dê por aptidão para a vida militar, tentando afastar os jovens que, sem condições de freqüentar uma faculdade civil, acabam por ingressar na Escola da Praia Vermelha, onde os instrutores realmente capazes são raros.

O conhecimento dos oficiais, saídos das escolas, por vezes gera alguns inconvenientes, visto que seus superiores e comandantes não possuem o mesmo grau de instrução. Como afirma Magalhães: “os oficiais que saíam de suas escolas e iam servir na tropa ou órgãos correlatos, eram melhores instruídos que seus chefes. Estes, às vezes, procuravam aproveitá-los mas, geralmente, não queriam saber das novidades”.²⁴ É um período em que o conhecimento se restringe, curiosamente, aos membros de menor posição hierárquica.

A Escola Militar funciona como internato e tem como objetivo a instrução dos jovens com orientação para execução das funções de oficiais do Exército até a patente de capitão. É uma escola de cadetes com três anos de curso: no primeiro ano, instrução prática; no segundo, instrução na arma a que se destina - infantaria, artilharia, cavalaria e engenharia; e, no terceiro, curso especial na arma e nomeação como aspirantes. As aulas

²² id., ib., p. 64.

²³ Correspondência do gen Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 11.02.1920. Paris: Arquivo SHAT, 7N3391.

²⁴ MAGALHÃES, João Batista. **A evolução militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998. p. 330.

são ministradas em francês, mas, como os oficiais brasileiros apresentam muita dificuldade no idioma, para auxiliar na eliminação desse problema, Tasso Fragoso cria, em 1926, um curso de conversação em francês.

Os franceses começam a penetrar na Escola Militar, após a reforma de 1924, quando um dos membros da MMF assume o cargo de sub-diretor do Ensino Militar. Nessa escola, os primeiros dois anos são comuns a todos os alunos e, no ano seguinte, é realizado um curso especial, de acordo com a escolha da arma.

Em 1925, Coffec defende a importância da educação física na instrução militar para a formação de corpos aptos a vencerem as dificuldades de terreno e de clima. Sugere que essa disciplina seja desenvolvida em todas as escolas:

A educação física foi particularmente negligenciada. Será bom: ter um capitão especialmente encarregado desta instrução; que os oficiais instrutores tenham seguido o curso de educação física antes de começar a dar instruções; que o médico encarregado de instrução física seja intangível; que seja designado um mestre de armas e de provas de esgrima.²⁵

Coffec administra os trabalhos nas escolas com pulso firme e força os alunos a terem maior dedicação aos estudos. Ele interdita as autorizações para ir ao Rio de Janeiro durante a semana e organiza salas de estudos que permitam à instituição ter sessões de estudo obrigatório e sob vigilância. Em 1925, são elaborados os regulamentos da cavalaria e de organização de terreno.

O decreto n. 5.632, 31.12.1928 trata do ensino militar. A instrução primária divide-se em: elementar, para soldados analfabetos em escolas regimentadas; elementar e profissional, para os corpos de tropa e especialistas de profissões elementares, como operários; e complementar, ministrado nas escolas de sargentos, para os sargentos infantis, artilheiros, cavaleiros, entre outros. A instrução secundária comporta o ginásial, nos colégios militares, e o profissional, no curso preparatório da Escola Militar, destinado a civis e a sargentos que desejem ser oficiais.

A instrução superior divide-se em: Escola Militar, para candidatos a oficiais das armas; Escola de Aviação Militar; Escola de Aperfeiçoamento para Oficiais, para as armas de Infantaria, Artilharia e Engenharia; Escola de Cavalaria, Centro de Instrução de

²⁵ Correspondência de Coffec, chefe da Missão Militar Francesa, para Nestor Sezefredo dos Passos, chefe de Estado Maior do Exército do Brasil, Rio de Janeiro, 4.01.1925. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Artilharia de Costa, Centro de Instrução de Transmissões, Instituto Geográfico Militar, Escola de Estado-Maior, Escola de Intendência, Escola de Aplicação do Serviço de Saúde e Escola de Aplicação de Serviço Veterinário.

O art. 6 dessa lei estabelece que só podem ser promovidos por merecimentos os oficiais com o Curso de Aperfeiçoamento.²⁶ Quando o oficial sai da escola, fica obrigado a servir, durante dois anos consecutivos, na unidade de tropa. Os oficiais de armas só podem pedir demissão de seus postos após cinco anos de efetivo serviço militar, salvo quem pague indenização à nação. Em 1929, o cargo de diretor de Ensino Militar é ocupado por um membro da MMF, com as seguintes atribuições:

Orientar e coordenar o ensino militar, estabelecer diretivas para os assuntos teóricos e práticos, que facilitassem a organização dos programas (...); examinar, corrigir e encaminhar os programas; acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento do ensino militar, fazendo cumprir os programas; propor e dirigir os exercícios de conjunto e apresentar o seu juízo sobre os instrutores.²⁷

A partir de 1920, os alunos com média “muito bom” recebem, de acordo com o regulamento do EME, como prêmio, uma viagem de aperfeiçoamento na França. O fato é que os alunos chegam muito despreparados para o acompanhamento dos cursos de uma escola superior; por isso, passa-se a realizar uma seleção mais severa para admissão na escola e os programas são revisados. Os franceses preferem ter menos alunos com aptidão, do que muitos alunos sem nenhum talento. Até a chegada dos franceses, o Exército não tem, segundo Miranda: “uma estrutura devidamente organizada e eficiente, e nem mesmo um estabelecimento de ensino capaz de propagar novas idéias sobre a necessidade de modernização do pensamento da força”.²⁸

Os brasileiros, no final da década de 20, na pretensão de diminuir a influência da MMF nas escolas, propõem não só o acréscimo de oficiais brasileiros como adjuntos aos professores franceses para se tornarem futuramente instrutores, como a supressão da nota de aptidão militar. A esse respeito, Coffec afirma: “a oposição continua formal e irredutível

²⁶ Decreto n. 5.632, 31.12.1928. Brasília: Arquivo Biblioteca do Superior Tribunal Militar.

²⁷ MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do Exército**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998. p. 282.

²⁸ MIRANDA, Jaguarê Saraiva. **A ECEME no contexto histórico de 1905 a 1920: idéias, valores, relacionamentos com a sociedade, eventos políticos, sociais, econômicos e militares**. Rio de Janeiro: ECEME, 2002. p. 21.

no que concerne a nota de aptidão e sem intervenção pessoal junto ao chefe de estado maior do exército”.²⁹

Essas novas medidas são um projeto do novo chefe do EME, Alexandre Leal, para deixar o Exército e, em especial, as escolas cada vez mais independentes dos franceses.

Quadro comparativo das escolas entre 1928 e 1929³⁰

Escolas	Cursos	Membros em 1928	Membros em 1929
Escola Estado Maior	of. subalternos	43	85
	of. superiores	0	02
	revisão	4	02
	Centro de Informações	0	02
	de of. gerais		
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais	of. subalternos	80	96
	of. superiores	13	24
Escola de Cavalaria	of. subalternos	28	39
	of. superiores	0	07
	sub-oficiais	20	19
Escola de Aviação	oficiais e sub-oficiais	71	121
Centro de Transmissões	oficiais	05	02
	sub-oficiais	19	02
Escola de Intendência	administradores, contadores, de guerra	57	80
Escola de Serviço de Saúde	médicos	34	25
	farmacêuticos	18	14
	químicos	12	02
Escola Veterinária		53	43

Em 1929, Spire solicita ao governo francês duas vagas na Escola Superior de Guerra francesa para dois oficiais brasileiros, assim justificando seu pedido: “há um grande interesse do ponto de vista da influência francesa a prolongar o ensino da missão do Rio nos estágios nas escolas francesas. (...) No retorno ao Brasil, eles serão advogados convencidos e persuadidos de nossa doutrina e defensores de nossos materiais”.³¹ Alguns oficiais brasileiros são enviados à França para a realização de estágios militares nas escolas francesas: Joinville recebia-os para estágios em educação física e Saumur para estágios na escola de cavalaria.

O ano de 1929 apresenta um dos maiores rendimentos nas escolas tanto em efetivo, quanto na capacidade dos alunos. Em 7 de outubro, abre o curso de informação para

²⁹ Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 23.03.1929. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

³⁰ id., ib.

³¹ Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 12.04.1929. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

gerais; são também, pela primeira vez, enviados brasileiros para estagiarem na escola de guerra francesa.³²

Os comandantes das escolas têm direito a uma indenização anual de 40 contos de réis, a uma indenização para equipamentos, instalações de cinco mil francos, e ao pagamento de gastos com transporte para ele e sua família pela Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, em primeira classe.³³ Os professores, para serem admitidos pela MMF, devem ter aptidão profissional reconhecida e assinar o contrato por um ano. O ordenado mensal é de cinco a seis mil francos.

Uma das importantes modificações feitas por Spire, em 1928, é a interação entre os estabelecimentos de ensino, com reuniões semanais dos diretores franceses de cada escola, relatos do realizado na semana anterior e apresentação dos projetos para a semana seguinte. Como afirma Spire:

Eu decidi então, para cada escola, que alguns exercícios (conferências, exercícios sobre mapa e terreno) assistirão professores de outras escolas. (...) algum exercício prático importante organizado por uma escola, os professores de outras escolas participarão com seus alunos – este método parece dar melhores resultados.³⁴

Cada escola da MMF tem um diretor geral de ensino, encarregado da fiscalização de todos os trabalhos da escola e da elaboração dos programas e dos relatórios de ensino. Ele deve ter conhecimento de tudo o que ocorre na escola, do aproveitamento dos alunos, das conferências acontecidas, entre outros.³⁵ A matrícula nas escolas é realizada mediante concurso, no Rio de Janeiro, com o programa de conteúdos definido pelo EME.

Escola de Estado-Maior (EEM)

A EEM só passa a vigorar com suas reais funções após a chegada da MMF, com dois cursos: o de Estado-Maior e o de Revisão. O Curso de Estado-Maior para capitães e

³² Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 2.10.1929. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

³³ Nota para Seção de Pessoal do Serviço de Estado Maior. Paris: Arquivo SHAT, 3399.

³⁴ Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 28.04.1928. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

³⁵ Regulamento para a Escola de Intendência, 1921.

tenentes, tem duração de três anos, e, para oficiais superiores, tem duração de um ano. O Curso de Revisão é para oficiais superiores, e tem duração de um ano. Em 1929, o curso de EM passa a ser requisito para a promoção ao posto de general de brigada. Como ressalta Araújo Martins: “A escola passou a ter como finalidade ser um instituto militar de ensino destinado a formar o oficial de EM que seria o assessor imediato do Comando das Grandes Unidades”.³⁶

A EEM, o Curso de Revisão e a Escola de Aperfeiçoamento para Oficiais são inauguradas em abril de 1920. A EEM funciona no Quartel-General, estando diretamente subordinada ao chefe do EM. Suas turmas não podem exceder a quarenta alunos, porque seu objetivo é, conforme Calógeras: “o desenvolvimento de um centro de estudos militares superiores”.³⁷

Calógeras considera a EEM como uma escola superior de guerra e o Curso de Revisão como um curso de altos estudos para oficiais de maior antiguidade. O ensino tem um caráter eminentemente prático. No primeiro ano, a escola conta com vinte alunos; no segundo, com dezessete alunos; e, no terceiro ano, com quinze alunos.

Para o ingresso nesses cursos, é feito um concurso entre os candidatos à vaga. O curso desenvolve estudos sobre defesa nacional, estratégia e cultura geral. Os alunos fazem uma prova sobre composição tática, resolvendo um caso concreto, relativo às operações de um destacamento, usando o regulamento em vigor. O candidato deve saber usar o mapa, analisar e explorar o terreno e ter segurança em marcha, entre outros.

Os alunos devem fazer provas de História do Brasil, da colonização até a República e de História das Américas, valendo 10 pontos; de Geografia do Brasil e Geografia da América, valendo 8 pontos; de legislação e administração militar, valendo 6 pontos e uma redação em francês, com peso 4³⁸.

No primeiro ano de curso, estudam-se táticas das armas, táticas das pequenas unidades e realiza-se estágio nas respectivas armas; no segundo, devem-se realizar as seguintes disciplinas: economia política, sociologia, geografia e história militar e tática geral; no terceiro, as disciplinas são: defesa nacional, direito internacional e administrativo,

³⁶ MARTINS, op. cit. nota 6, p. 63.

³⁷ Relatório de João Pandiá Calógeras, ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 1920, p. 77. Brasília: Centro de Documentação do Exército.

³⁸ Boletim do Exército n. 304, 15.04.1920. Brasília: Arquivo Biblioteca do Superior Tribunal Militar.

geografia e história militar, tática geral, funcionamento do EME e seus serviços, organização do exército, elementos de estratégia.

Os estágios são feitos após o terceiro ano, desde que obtido o certificado de aptidão. Esse estágio pode durar um ano, e os oficiais passam por diferentes empregos. Aos militares com o curso da EEM anterior à vinda dos franceses, é oferecida, como opção, o Curso de Revisão.

Somente permanecem como estagiários os oficiais com melhores notas, na intenção de os transformar em professores da Escola. Outros vão para o Estado-Maior Geral ou para os Estados-Maiores da Divisão; os que obtêm menos sucesso são devolvidos à tropa. Nesse período, cabe à EEM a formulação da doutrina militar, que sofre influência dos ensinamentos franceses sobre o método de pensamento cartesiano, que passa a servir de base para a solução dos problemas táticos e estratégicos.

Essa escola destina-se à formação de oficiais de Estado-Maior, colaboradores imediatos do comando, com conhecimentos gerais que possam auxiliar na preparação de comando. No primeiro ano, são realizados estudos de tática e técnica; no segundo, da ação dos agrupamentos; e, no último, de tática geral. O ensino é ministrado com ênfase em quatro aspectos: missão, inimigo, terreno e meios.³⁹

Em 1920, apenas cinco oficiais fazem o curso, obtendo as seguintes menções: um, *muito bom*; três, *bom*; e um, *regular*. O quadro docente da escola é o seguinte: diretor: gen. Durandim; prof. de estratégia e tática geral: ten. cel. Derougemont; encarregado da infantaria: ten. cel. Barrant; encarregado da artilharia: ten. cel. Pascal; e um encarregado da cavalaria: maj. Chavane de Dalmany.⁴⁰

Os resultados dos cursos de 1920 e 1921 são medíocres, devido à falta de candidatos à escola. Há dez vagas para a infantaria, seis para cavalaria, seis para artilharia e uma para engenharia. Um dos problemas da EEM é que os oficiais superiores não querem ou não têm condições de estudar e aprender os conteúdos desenvolvidos pela MMF, mas, mesmo com pouco preparo, possuem poder de mando, devido às suas patentes. Segundo Cidade:

Os altos chefes militares, embora não o dissessem clara e publicamente, achavam-se demasiadamente velhos para reiniciarem seus estudos e, como não tinham acompanhado os progressos

³⁹ BAUDOUIM. **A doutrina**. Rio de Janeiro: EME, 1931.

⁴⁰ Pasta da Missão Militar Francesa. Brasília: Arquivo do Exército.

vertiginosos da arte da guerra, evitavam indesejáveis confronto com os oficiais seus comandados das gerações mais novas.⁴¹

Para os oficiais mais antigos na hierarquia, a MMF vem provar que eles não têm mais utilidade para a vida militar. Como afirma Hayes: “já não tinham condições de acompanhar o padrão de ensino técnico que ela se propõe a estabelecer”.⁴² Enquanto os jovens turcos vêm a missão “como um insulto à capacidade deles de dar cabo ao programa de profissionalização”.⁴³

Os jovens turcos consideram o exército alemão superior tecnicamente ao francês, embora esse último tenha vencido a primeira guerra. O fato é que, com a instrução da MMF, os postos mais baixos passam a ter maior competência para o serviço, que os mais altos e antigos. Diante disso, muitos oficiais superiores são cooptados pelo presidente da República, que lhes oferece vantagens, gratificações, remuneração especial. Segundo Hayes: “ofereciam oportunidade de praticar corrupção”.⁴⁴ Mas, em 1927, esse problema está solucionado. Conforme Coffec, a EEM livra-se do peso morto que representa a presença de oficiais superiores pouco preparados para seguir um Curso de Revisão.⁴⁵

No ano de 1923, ocorre a primeira promoção dos alunos que estudaram durante três anos nessa escola, o que, segundo Gamelin: “vai permitir a começar a constituição dos Estados Maiores regionais”.⁴⁶ Os primeiros colocados nas escolas são destinados ao trabalho nas unidades regionais, com vistas à sua organização, segundo os padrões de aprendizado obtidos em sua formação, objetivando a difusão, entre a tropa e os oficiais, desses ensinamentos. Em 1924, começa a ser feita uma seleção entre os melhores alunos da EEM para serem os novos instrutores da escola; só podem concorrer os que concluíram o curso de EM ou de Revisão com a menção “muito bom”.

O decreto n. 16.393, 27.02.1924 estabelece que o Curso de Estado-Maior seria freqüentado por capitães e tenentes das armas em que tivessem feito o serviço

⁴¹ CIDADE, Francisco de Paula. Da MMF aos nossos dias. **Revista Militar Brasileira**, Rio de Janeiro, ano XLII, v. LXI, p. 131, jul.-dez. 1954.

⁴² HAYES, Robert Ames. **Nação armada: a mística militar brasileira**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1991. p. 135.

⁴³ id., ib.

⁴⁴ id., ib.

⁴⁵ Correspondência do gen. Coffec, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 10.06.1927. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

⁴⁶ Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 28.12.1923. Paris: Arquivo SHAT, 3399.

arregimentado. Esse curso se destina à formação de oficiais para o serviço de Estado-Maior e tem a duração de três anos. Já o Curso de Revisão tem como objetivo rever os conhecimentos adquiridos pelos oficiais no Curso de Estado-Maior, para que possam exercer cargos de chefes de Estados-Maiores.

Em 1926, o ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, demonstra grande satisfação com os serviços prestados pela MMF:

A MMF, cuja competência e honestidade estão acima de qualquer discussão, prestou ao Exército serviços de real valor. A feição evidentemente prática que imprimiu ao ensino na Escola de EM, fazendo com que os oficiais-alunos vivessem a vida dos exércitos em campanha, familiarizando-os com o trato das grandes unidades e com o funcionamento de todos os serviços, tem produzido magníficos efeitos, já constatados nas manobras anuais.⁴⁷

Até então, todos os quadros do Exército, desde os oficiais superiores até os graduados, não estão acostumados a estudar com afinco e a ser duramente cobrados em provas teóricas e práticas.

O ano de 1927 obtém bons resultados, os alunos apresentam muitos progressos. Mas o problema dessa escola ainda é a falta de conhecimentos práticos nas manobras; assim, o ministro da Guerra do Brasil, em conformidade com Spire, decide adotar a seguinte medida:

Os alunos com melhores notas nas Escolas de Aperfeiçoamento e de Cavalaria, conservando seu direito de entrar, não irão mais diretamente para a escola de Estado Maior. Eles serão por um ano ou dois enviados ao corpo de tropa para difundir o ensinamento que receberam.⁴⁸

Os alunos passam a aprender estratégia, história militar, tática, uso de material, conferências sobre aeronáutica, serviço de saúde e intendência, mobilização, vias férreas, tática naval, armas estrangeiras, topografia, direito internacional e geografia.⁴⁹O programa

⁴⁷ Relatório de Fernando Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 1926, p. 5. Brasília: Centro de Documentação do Exército.

⁴⁸ Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 1.02.1928. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

⁴⁹ Documento. Paris: Arquivo SHAT, 3391.

de ensino complementa-se com a prática de língua estrangeira, o francês obrigatoriamente e o inglês facultativamente.

Em 1929, funcionam, na EEM, cinco cursos diferentes. Para os oficiais superiores, o Curso de Revisão com cinco alunos e o Curso de Estado-Maior com sete alunos; para os oficiais subalternos, são três anos de curso, o primeiro com trezentos e oitenta e sete oficiais; o segundo, com treze oficiais e o terceiro com vinte e dois oficiais.⁵⁰ Esses números superam as expectativas, em geral, de quarenta e cinco a cinquenta e cinco alunos por ano. Nos anos de 1929 e 1930, surge o curso de Informação que dá origem ao CPEAEX – Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército. O progresso mais significativo é a instituição definitiva de concurso para o ingresso nessa escola, e a exigência do *brevet* para o acesso à grade de general.

Curso de revisão e curso de informação para generais

O Curso de Revisão tem por finalidade atenuar as disparidades entre os jovens instruídos e aptos ao serviço militar e os oficiais mais antigos, mas sem o mesmo nível de instrução que os oficiais de baixa patente. Em 1920, vinte e seis oficiais se inscrevem no curso: dez infantes, oito cavalarianos, dois engenheiros e seis artilheiros. O desempenho foi: quatro *Muito Bom*, vinte *Bom* e dois *Regular*.⁵¹

Só podem frequentar esse curso os oficiais já com o curso de Estado-Maior; a admissão para curso depende da aquiescência do chefe do EME. Poucos oficiais se inscrevem no curso, porque se sentem amedrontados e pouco familiarizados com o novo currículo e as exigências dos franceses.

A MMF realiza o Curso de Informação para generais pela primeira vez em 7 de outubro de 1929, tendo como objetivo a atualização dos oficiais generais sobre temas táticos e estratégicos. São alunos José Fernandes Leite de Castro, Alfredo Malan d'Angrogne, Andrade Neves, Firmino Antonio Borba, entre outros. Para participar desse curso, os oficiais generais são convidados pelo chefe do EME.

⁵⁰ Relatório do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 18.01.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

⁵¹ Documento. Brasília: Arquivo do Exército, pasta Missão Militar Francesa.

São proferidas, na primeira semana do curso, as seguintes conferências: Infantaria, pelo ten. cel Corbé; Tática geral, pelo cel. Baudouin; Aviação, pelo ten. cel. Jauneaud; Cavalaria, pelo ten. cel. Doudeuil; Artilharia, pelo ten. cel. Chabrol.⁵²

Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

A Escola de Aperfeiçoamento oferece um curso para oficiais superiores; mas, com a vinda da MMF, a instituição passa a ministrar cursos para tenentes e capitães de cada arma; os oficiais superiores passam a ter seus cursos e conferências apenas na EEM, na qual é superado o velho problema das escolas militares brasileiras de prevalência da teoria sobre a prática.

Em 1920, esta Escola de Aperfeiçoamento conta com a participação de trinta e seis alunos oficiais da infantaria, vinte e oito da artilharia, vinte da cavalaria e sete da engenharia. Em seu quadro docente estão: diretor, cel. Barot; encarregado da infantaria, maj. Dumay; encarregado da artilharia, maj. Bresard; encarregado da cavalaria, maj. Pichon; e encarregado da engenharia, cap. Le Mehaute.⁵³

A escola funciona na Vila Militar, tendo como objetivo a formação de novos instrutores para a difusão do ensino nas unidades espalhadas por todo território nacional. Findos os estudos na Escola Militar, os oficiais vão para a ESAO. Na Escola de Instrução, são criados, em 1922, quatro centros especializados: um centro de instrução de especialistas de infantaria, com duração de dois meses; um centro de formação de oficiais instrutores de equitação, com duração de quatro meses; um centro de instrução de artilharia, com duração de cinco semanas; e um centro de transmissão para telegrafistas.

Em 1928, os franceses consideram que esta escola apresenta melhoria significativa, mas que ainda não atinge o rendimento esperado, devido à falta de perseverança dos oficiais alunos, que faltam aulas e não acertam mais que 50% das provas, sendo considerados pelos instrutores como pesos mortos em relação à outra parte que se esforça. Para mudar essa situação, é feita a seguinte proposição:

⁵² Documentos Históricos do Estado Maior do Exército. p. 136.

⁵³ Documento, op. cit. nota. 50.

Após dois meses e meio do início da instrução deverá ser feito um exame de habilitação, os oficiais alunos que não satisfizerem serão reenviados a seus corpos. O exame será composto de duas provas: uma de topografia: leitura e emprego de mapa; e a outra técnica de arma. (...) Toda nota inferior a quatro em uma ou outra das provas acarretará a eliminação do oficial.⁵⁴

Essa escola tem por objetivo o aperfeiçoamento do ensino dos alunos que concluem a escola militar para serem comandantes de pequenas unidades ou instrutores. Há um curso de aperfeiçoamento para cada arma, com um total de cinquenta vagas para infantaria, trinta para a cavalaria, trinta para a artilharia e dez para engenharia. Nesses cursos, muitas provas são realizadas oralmente.

As matérias trabalhadas nessa escola, em todas as armas, são: história, tática, ligação e comunicação, geografia, armamento e material, topografia, higiene militar e serviço de saúde. A Escola de Aperfeiçoamento forma oficiais para serem chefes, para assumirem cargos de liderança; seus alunos são preparados para dar ordens e velar pela sua execução, estarem cientes de tudo o que se passa e manterem constante ligação com autoridade superior e com seus subordinados.

Desde 1928, passa-se a exigir o Curso de Aperfeiçoamento para o avanço de posto hierárquico dos militares; devido a essa norma, em 1930, essa escola conta com cento e quinze alunos.

⁵⁴ Documento, op. cit. nota 50.

Conclusão

A vinda da MMF para instruir o corpo de oficiais brasileiros representa um salto de modernidade para as escolas militares ao elevar o nível dos estudos, das provas, das instruções e do preparo para a guerra. A instrução prática nos teatros de operações, o estudo tático estratégico da situação política internacional do Brasil e a valorização do militar como agente propulsor da segurança nacional conduzem o Exército a uma nova reflexão sobre o seu importante papel na vida do país.

A profissionalização desenvolvida nas escolas foi fundamental para ascensão social do militar. O preparo técnico-intelectual aumenta o moral da oficialidade, que passou a desempenhar suas funções, consciente de sua representatividade e importância para a segurança do país. A introdução do método cartesiano nos exercícios de terreno e nos teatros de operações aumenta a operacionalidade dos militares e a sua capacidade de resistência em defesa e ataque, caso necessitassem ser empregados em algum conflito.

Indubitavelmente a MMF ensinou e profissionalizou nossa força de terra. As instruções realizadas por Gamelin e pelos demais chefes de missão, como Coffec e Huntziger, além de instruir a tropa, formou um corpo de oficiais coeso e ciente de suas obrigações com a Pátria. Em destaque, estes ensinamentos comprovam que uma nação que deseja ser soberana e manter seu território, sua dignidade e sua preponderância na esfera internacional precisa ter em seu âmago uma força bem adestrada e instruída, capaz de sustentar o Estado constituído.

O poder militar é um dos mais importantes sustentáculos do Estado, que junto ao poder político determina os novos rumos da Nação. A doutrina, a instrução, o estudo e o emprego em terreno empreendido pelos militares franceses durante os anos das missões militares aprimoram o valor profissional dos oficiais do Exército, que passam a atuar como agentes determinantes no futuro do Brasil.